



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

No dia 08 de janeiro de 2025, às 14h30min, no formato híbrido, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Bárbara Pereira Collier; Nivaldo Jorge Machado; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Severino Carlos Amorim; Joab Henrique da Silva; Severino Carlos Amorim; Rafael Farias Almeida; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Rayana Burgos dos Santos; Rennan Mendes dos Santos** e Conselheiras (os) Suplentes: **Natália Oikawa; Gerlane Souza de Lima; Dayvton Diego Almeida; Salatiel Magno Siqueira Alves; Maria Cláudia D. de Paula. F. Batista; Marcelo Renan Oliveira de Souza; Karla Regina do Monte Oliveira; Marinna Regueira Duarte; Francisco de Assis do Nascimento.** **INFORMES:** 1.1 – Devolutivas sobre os questionamentos PNAB (geral); 1.2 – Devolutivas dúvidas PNAB – Pontos e Pontões de Cultura (Edvaldo); 1.3 – Devolutivas dúvidas Edital Funcultura 2025 (Clarice); 1.4 – Devolutiva sobre a Sra. Elza de Santa Maria da Boa Vista; 1.5 – Devolutiva Curadorias Fenearte 2025 (indicações CEPC); 1.6 – Apresentação do novo Coordenador do Escritório do Ministério da Cultura em Pernambuco (Sr. Carlos Augusto Pereira da Silva). **PAUTA:** 01– Aprovação do Calendário das Eleições Setoriais. 02– Planejamento Estratégico para 2025. **Rafael Farias** deu início à primeira reunião ordinária do CEPC, realizada em 8 de janeiro, uma quarta-feira. Ele destacou a satisfação de estar novamente na Casa dos Conselhos, espaço projetado para acolher encontros importantes como esse, e ressaltou o histórico significativo do local, construído por pessoas de grande relevância para a cultura do Estado. Ele enfatizou a importância de todos que, seja como membros da sociedade civil ou do governo, contribuem para a preservação e o fortalecimento da cultura em Pernambuco, ajudando a perpetuar seu rico legado histórico e cultural. Também deu as boas-vindas aos novos conselheiros e conselheiras presentes, além de representantes do Ministério da Cultura, artistas de Arcoverde e outros participantes, reforçando que a Casa dos Conselhos é um espaço de todos. Por fim, Farias encerrou sua fala passando a palavra para a Secretária de Cultura do Estado de Pernambuco, Cacau de Paula, para dar continuidade à reunião. **Cacau de Paula** iniciou a reunião do Conselho de Políticas Culturais, marcando a abertura do ano de 2025. Ela destacou a alegria de retornar à Casa dos Conselhos, um espaço democrático dedicado ao diálogo e à construção coletiva, reafirmando seu significado para o fortalecimento das políticas culturais. Cacau agradeceu à equipe da Casa dos Conselhos pelo trabalho realizado em 2024, um ano marcado por desafios superados e resultados significativos para a cultura pernambucana. Ela mencionou o

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

esforço contínuo da Secretaria de Cultura, cujas políticas públicas e entregas do último ano refletem o comprometimento da equipe e dos conselheiros com o desenvolvimento cultural do Estado. Também reconheceu a contribuição de Yasmim Neves e Ana Paula, secretárias executivas, presentes na reunião, e parabenizou Augusto Pereira da Silva, novo coordenador do Ministério da Cultura, destacando a parceria fundamental entre o ministério, a secretaria e os municípios. Por fim, Cacau reafirmou o compromisso de trabalho conjunto em prol da cultura pernambucana e brasileira, desejando boas-vindas a todos os participantes. **Rafael Farias** deu início à etapa de informes, destacando que alguns tópicos, embora apresentados como informes, possuem relevância suficiente para serem tratados como pontos de pauta. Ele explicou que começaria pelas falas de representantes da sociedade civil, invertendo a ordem tradicional, para dar espaço às contribuições antes da discussão sobre a PNAB, um tema aguardado por todos. Rafael mencionou a importância de compartilhar o link das pautas com a sociedade civil para ampliar o acesso às discussões. Ele também reforçou a necessidade de controle do tempo devido à quantidade de assuntos a serem tratados, limitando as falas a três minutos. Em seguida, passou a palavra a Rob Silva, do Circo Experimental Negro, para iniciar as contribuições. **Rob Silva**, do Circo Experimental Negro, utilizou o tempo de fala para apresentar a "Carta de Repúdio". A carta, assinada por diversos coletivos, artistas e produtores negros, denuncia ataques racistas às políticas de cotas raciais, especialmente relacionados aos resultados dos editais culturais de 2024, como os da Lei Aldir Blanc em Pernambuco. O texto condena comentários preconceituosos que desqualificam ações afirmativas e projetos apresentados por artistas negros, indígenas, ciganos, PCDs e LGBTQIA+. A carta enfatiza que tais ataques não são apenas contra indivíduos, mas contra políticas públicas que buscam equidade social e cultural. Também alerta sobre fraudes nas cotas raciais, pedindo que denúncias sejam investigadas e medidas cabíveis tomadas. O documento repudia postagens preconceituosas que deslegitimam a qualidade das produções negras e reforça a importância das políticas afirmativas, não como privilégios, mas como resultado de lutas históricas por reparação e justiça. Rob destacou a relevância da cultura negra e a necessidade de valorização e respeito aos projetos artísticos afrodescendentes, reiterando que manifestações racistas são crimes que devem ser responsabilizados. Ele encerrou reafirmando o compromisso do coletivo em lutar contra o racismo estrutural e a intolerância, deixando a carta à disposição dos conselheiros e pedindo que as denúncias e fraudes sejam devidamente investigadas. **Rafael Farias** destacou a importância de acolher o documento apresentado e promover uma discussão no Conselho sobre políticas raciais, cotas e seus desdobramentos. Ele apontou a necessidade de entender o contexto e os impactos dessas ações, buscando identificar erros e acertos. Rafael ressaltou que, em seu entendimento, havia um consenso sobre as

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

políticas afirmativas, especialmente após as discussões no âmbito da Conferência Nacional de Cultura, mas reconheceu que divergências ainda persistem. Ele reforçou o compromisso de promover diálogos que pacifiquem as diferenças e incentivem uma convergência em torno de uma cultura inclusiva e positiva para todos. Em seguida, agradeceu as contribuições e passou a palavra para Rei Marcelo de Ogum, que havia solicitado o momento de fala. **Marcelo de Ogum** saudou a mesa e destacou sua admiração por Yasmim Neves, uma mulher preta guerreira, além de cumprimentar a todos os presentes. Em sua fala, informou que precisará viajar para Garanhuns devido a problemas envolvendo dois circos que ainda não receberam os pagamentos devidos, mesmo após a transferência dos recursos pela Secult e Fundarpe em outubro. Ele criticou a falta de retorno e de solução por parte da prefeitura local, classificando a situação como um desrespeito à cultura popular. Marcelo fez um apelo para que a Secult e a Fundarpe avaliem mais cuidadosamente as parcerias com prefeituras, garantindo que as verbas destinadas à cultura popular sejam devidamente repassadas. Ressaltou a necessidade de maior sensibilidade e eficiência na resolução desses problemas. Ele também destacou a importância do Dia Mundial do Circo, celebrado em 27 de março, especialmente para a valorização dos artistas circenses, pedindo que a data seja resgatada e celebrada com maior dedicação. Marcelo lembrou que no ano anterior a celebração ocorreu, ainda que de última hora, e pediu para que neste ano fosse feita novamente, com maior planejamento e visibilidade. Marcelo pontuou que o conselho não é inimigo do Estado, mas sim um parceiro na construção de uma cultura melhor em Pernambuco. Ele chamou atenção para as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros do interior e do Sertão, que muitas vezes tiram recursos próprios para participar das atividades. Defendeu que fóruns e reuniões sejam levados a essas regiões para facilitar a participação. Por fim, Marcelo convidou a todos para uma reunião no dia 28, com a coordenação de circo da Secult, para avaliar o evento “Pernambuco Meu País”, destacando a importância de discutir o que funcionou e o que precisa ser aprimorado. Reafirmou o compromisso do conselho em colaborar para o fortalecimento da cultura no estado. **Rafael Farias** informou que, após os informes gerais, dará uma notícia sobre a reunião descentralizada. Ele mencionou ter recebido um documento endereçado à Governadora do Estado, Raquel Lyra, e ao presidente da ADEP, André Teixeira Filho. O documento, que chegou às suas mãos como presidente do CEPC, é da setorial do artesanato. Ele antecipou que algumas informações relacionadas ao tema serão apresentadas pela Secretária de Cultura, Cacau de Paula. Em seguida, anunciou que abrirá espaço para o conselheiro Nivaldo Jorge se pronunciar, seguido por uma ex-conselheira chamada Lívia, que também representará o setor do artesanato. **Nivaldo Jorge** iniciou saudando a secretária Cacau, o presidente do conselho e os demais presentes. Ele relatou ter recebido, no último domingo, uma notícia que lhe causou



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

grande impacto. O comunicado, que partiu do conselheiro Eduardo Sales, revelou que os dois assentos do conselho na curadoria federal não foram informados sobre questões relacionadas ao artesanato e ao movimento UNA, uma organização com mais de três décadas de história. Ele destacou a relevância histórica do artesanato pernambucano, mencionando marcos como o Congresso do Trabalhador Artesão Pernambucano, realizado em 1993, e a evolução política e cultural da categoria desde então. Também enfatizou a luta e o papel do movimento de artesãos e artesãs na construção da identidade cultural de Pernambuco, com destaque para mestres como Vitalino e a valorização do Alto do Moura, reconhecido pela UNESCO. Nivaldo informou que tomou conhecimento do ocorrido apenas no domingo e, por responsabilidade, decidiu levar o tema ao conselho na segunda-feira. Nem o presidente Rafael Farias, nem a secretária Amanda tinham ciência do fato. Ele mencionou que a curadoria federal havia convocado representantes da gastronomia para a Feira Nacional de Negócios do Artesanato, enquanto o artesanato ficou excluído do processo. Ele elogiou o engajamento da secretaria Cacau, do presidente e da comissão setorial de artesanato, que continua ativa e comprometida com reuniões e discussões políticas, mesmo durante o período de transição para novas eleições. Por fim, convidou a mestre Lívia para reforçar a importância das comissões setoriais, que considera a base política do conselho. **Mestra Lívia** iniciou agradecendo a oportunidade concedida pelo conselho e destacou a atuação da comissão setorial de artesanato na defesa das políticas culturais em Pernambuco. Ela ressaltou que a comissão, consciente de sua responsabilidade, elaborou um documento endereçado diretamente ao Palácio, buscando apoio para solucionar a exclusão das representações do artesanato na curadoria da Fenearte. No documento, assinado por Nivaldo Jorge e por ela própria, manifestaram indignação e preocupação com a decisão unilateral e sem justificativa da coordenação da Fenearte de retirar as representações do artesanato. Consideraram o ato um desrespeito aos princípios democráticos e à relação entre o Governo do Estado e o conselho, instância de controle social na cultura. Lívia enfatizou a importância histórica da Fenearte como ação principal da linguagem do artesanato no Brasil e seu papel central na valorização cultural de Pernambuco. Ela destacou que a mobilização política não se limita à representação, mas envolve a valorização e o engajamento ativo das bases. Ressaltou que as conquistas do artesanato foram fruto de lutas e diálogo e que, embora a política estadual voltada aos artesãos seja consolidada, ainda há muito a melhorar. Finalizou agradecendo pelo momento e incentivando o fortalecimento das bases do conselho, reafirmando a importância de continuar a luta por avanços nas políticas culturais. **Rafael Farias** informou sobre a situação envolvendo o artesanato e mencionou um equívoco relacionado às indicações feitas em um grupo, que incluíam um titular e um suplente em ordem incorreta. Ele destacou que, diante da urgência, tomou medidas

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

imediatas, acionando o conselheiro Nivaldo Jorge e a secretária Amanda para articulação. Amanda, por sua vez, entrou em contato com a secretária de Cultura, Cacau de Paula. Rafael concluiu passando a palavra para Cacau, que atuou diretamente no caso e fornecerá mais detalhes sobre a situação. **Cacau de Paula** começou expressando sua admiração por Nivaldo Jorge, destacando que sempre que o ouvia, sentia que estava aprendendo. Ela agradeceu pela presença dele no conselho e reconheceu a importância do trabalho realizado. Em relação ao caso do artesanato, Cacau explicou que, após ser informada por Amanda na segunda-feira de manhã, tomou as providências necessárias para resolver o problema. A secretaria entrou em contato com a ADEPE, que enviou um ofício, e o erro na indicação dos representantes da curadoria foi corrigido, mantendo as posições do conselho conforme o habitual. Cacau reconheceu que foi um equívoco por parte do governo, mas garantiu que a participação do conselho na curadoria da Fenearte, evento de grande relevância para o Brasil e América Latina, estava assegurada. Ela parabenizou todos pelo trabalho e destacou o compromisso da Secretaria de Cultura em apoiar o artesanato. Finalizou reafirmando seu apoio e mencionando que continuaria colaborando com o conselho. **Rafael Farias** agradeceu a secretária Cacau de Paula pelas boas notícias relacionadas ao artesanato e ao circo, destacando a importância dessas linguagens para o estado. Ele expressou sua felicidade em poder participar das reuniões e reforçou a importância de receber a secretaria de Cultura com mais frequência, para obter devolutivas diretamente dela. Em seguida, pontuou que foram confirmadas duas vagas para titulares e dois suplentes para a curadoria da Fenearte, garantindo que isso fosse registrado em ata. Após esse esclarecimento, Rafael deu continuidade à reunião, convidando Feliciano Félix e o novo coordenador do escritório do Ministério da Cultura (MINC), para se apresentar. **Feliciano Félix** cumprimentou a todos presentes e destacou sua honra em fazer parte do conselho, que é consultivo, propositivo e deliberativo, ressaltando a importância dessas prerrogativas. Ele mencionou que assumiu o cargo de coordenador após Anildomar Williams de Souza, seu antecessor, e elogiou o trabalho realizado por Anildomar, especialmente na interiorização das políticas culturais em Pernambuco. Feliciano também falou sobre a importância da volta do Ministério da Cultura no governo do presidente Lula e a relevância de ter um escritório do ministério em cada estado. Ele agradeceu à Secretaria de Cultura, mencionando a colaboração com Yasmim Neves, Cacau de Paula e toda a equipe, especialmente pela ajuda na realização das oficinas do Sistema Nacional de Cultura. Feliciano elogiou a parceria com a Secretaria e o escritório do Ministério da Cultura em Pernambuco, destacando o reconhecimento da potência de Pernambuco em uma conferência. Por fim, ele passou a palavra para Carlos Augusto Pereira, elogiando seu trabalho na cultura do estado. **Carlos Augusto Pereira** cumprimentou todos os presentes e destacou a importância de gestores da cultura se aproximarem dos artistas e



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

agirem prontamente quando acionados. Ele mencionou que a colaboração com a sociedade civil e o segmento cultural é essencial para implementar o Sistema Nacional de Cultura, com o objetivo de torná-lo acessível em todo o Brasil, como o SUS. Reforçou que nada disso seria possível sem a democracia, que deve ser constantemente defendida. Pereira recordou os tempos difíceis da década de 60, quando reuniões como a presente poderiam ser fatais, e destacou o papel da cultura em combater a volta desses tempos. Ele afirmou que a política deve ser parte de todas as discussões, não sendo limitadas a um ponto de vista partidário, e que a democracia deve ser um princípio inegociável. Quanto ao trabalho do Conselho Estadual de Cultura, ele reforçou a importância da continuidade do trabalho de Anildomar Williams, especialmente em relação à interiorização das políticas culturais. Carlos também expressou seu carinho por Cleonice e Anildomar, destacando a importância de garantir que o país avance com a defesa da cultura, do povo e do território. Finalizou mencionando sua trajetória no teatro popular e como a arte ajudou a conquistar território, incluindo o trabalho realizado em Brasília Teimosa. **Rafael Farias** agradeceu aos companheiros e expressou prazer em receber representantes do Ministério da Cultura, destacando a contribuição do ex-conselheiro Feliciano para a construção das políticas públicas no estado de Pernambuco. Ele lembrou o bom trabalho de Feliciano tanto durante sua passagem como conselheiro quanto no mandato anterior. Rafael enfatizou que todos são sempre bem-vindos. Antes de passar a palavra a Wagner Egito, ele mencionou que há muitas perguntas sobre a PNAB na live, mas ressaltou que existem outros assuntos igualmente importantes que também seriam discutidos. **Wagner Egito** cumprimentou a todos e informou que a comissão de articulação, que estava paralisada devido à saída da coordenadora Janaína Santos, passou por uma recomposição. Ele e os membros Dayvton e Arthur Pet foram incorporados à comissão, e Wagner assumiu a coordenação. A comissão retomou suas atividades, com foco na criação do Fórum de Conselhos Municipais de Pernambuco, que integrará os conselhos municipais e promoverá articulação com a sociedade civil. Wagner também aproveitou a oportunidade para destacar a importância de instituições fortes e a organização da sociedade civil para consolidar a democracia, mencionando que, para fortalecer a cultura, é essencial que o Conselho de Política Cultural de Pernambuco seja uma instituição forte. **Rafael Farias** informou sobre a necessidade de indicar, até as 18 horas do dia, os conselheiros titulares e suplentes para compor a curadoria da Fenearte, devido ao prazo que se encerra antes do início do treinamento. Ele destacou que algumas vagas já estão definidas, como a de um titular nato, mas que ainda é necessário indicar outros três nomes, incluindo representantes da área de gastronomia. Rafael sugeriu que, caso necessário, essas indicações poderiam ser decididas por votação. **Amanda Carneiro** esclareceu que, na semana passada, foi enviado o primeiro SEI com os nomes de



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Thaynná e Gerlane para as cadeiras de gastronomia, já resolvendo essa questão. No entanto, ainda faltam indicar dois titulares e dois suplentes para as vagas restantes. Nivaldo é o conselheiro titular da cadeira de artesanato, mas ainda é necessário definir seu suplente, além de mais um titular e outro suplente. Ela explicou que, no total, são duas vagas de titulares e duas de suplentes para artesanato, além das representações já enviadas de gastronomia, totalizando seis indicações. **Nivaldo Jorge** explicou que participou no ano anterior, mas, devido à regra que impede participações consecutivas, sugeriu indicar Cadu Sales, caso ele esteja disponível. Ele ressaltou que ainda há duas vagas para suplência e propôs que um membro da comissão setorial fosse indicado, caso o Conselho permita. Destacou que essa decisão cabe ao Pleno, que deve votar e aprovar ou não a sugestão. Nivaldo reforçou que a comissão setorial está atuante e que os artesãos integrantes foram votados e eleitos, sendo, portanto, legítimos representantes do artesanato. **Marcelo de Ogum** considerou interessante a proposta de Nivaldo, destacando a importância de escolher representantes da setorial de artesanato. Ele argumentou que isso é justo, pois essas pessoas têm potencial para se tornarem futuros conselheiros. Marcelo lembrou que o conselho já enfrentou críticas no passado por não ser democrático, e enfatizou a necessidade de dar oportunidades a quem foi eleito, como ocorre na setorial. Ele apoiou a proposta de Nivaldo, afirmando que é ideal permitir que representantes eleitos ocupem esses espaços, considerando isso uma forma de aprendizado e preparação para o futuro. Além disso, exemplificou que ficaria insatisfeito se, em uma área como a do circo, fosse escolhido alguém sem vínculo com o setor, quando há uma setorial dedicada e em luta. **Thaynna Leocádio** sugeriu que, como no ano anterior, as cadeiras de design, moda e artes visuais fossem consideradas para as indicações. Ela concordou que, caso essas representações não estejam disponíveis, as vagas podem ser destinadas à setorial de artesanato sem problemas. Thaynna destacou que, anteriormente, não havia suplência para o artesanato e propôs que as vagas de titularidade poderiam ser preenchidas tanto por representantes do artesanato quanto das cadeiras de design e moda. Já as suplências poderiam incluir representantes de artes visuais, da setorial de artesanato ou de design, dependendo da disponibilidade. **Rafael Farias** colocou duas propostas em votação para a composição das titularidades e suplências da Fenearte. A **Proposta 1** sugeriu que as titularidades fossem ocupadas pelas cadeiras de Design, Moda e Artesanato, enquanto as suplências ficariam com a setorial de Artesanato. Já a **Proposta 2** propunha que apenas membros do Conselho, de linguagens específicas, ocupassem todas as vagas, tanto de titularidade quanto de suplência. Na votação, os apoiadores da Proposta 1 foram Marcelo de Ogum, Carlos Amorim, Nivaldo Jorge e Filipe Moura (presencialmente), além de Maestro Adailton e Bárbara Collier (virtualmente). A Proposta 2 recebeu votos de Ana Paula e Salatiel (presencialmente), bem como Cleonice Maria, Thaynna e Cadu Sales

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

(virtualmente). Wagner Egito absteve-se. Com 8 votos, a **Proposta 1** foi aprovada. **Rafael Farias** informou sobre os avanços para a realização de uma reunião descentralizada do conselho, destacando esforços conjuntos com Wllyssys Wolfgang para promover a interiorização das reuniões. Ele mencionou a necessidade de ajustes no Regimento Interno, pois o atual não prevê os custos dessa iniciativa, o que tem gerado entraves jurídicos. Apesar das dificuldades, Rafael articulou a realização da reunião em Petrolina, garantindo transporte confortável através de um patrocínio de uma empresa de ônibus de Arcos de São Francisco. Ele também assumiu pessoalmente os custos de hospedagem dos conselheiros e está trabalhando com a Secretaria de Cultura para viabilizar a alimentação da equipe e dos participantes. Rafael ressaltou a importância de promover políticas práticas e destacou o simbolismo de realizar a reunião no Sertão, uma região diversificada que merece maior reconhecimento e entendimento. Ele anunciou que convocará uma reunião extraordinária na próxima semana para definir detalhes, como data, formato híbrido e a participação dos conselheiros. A reunião descentralizada ocorrerá em fevereiro e é resultado de um esforço coletivo para superar desafios estruturais e fomentar a representatividade regional. **Cleonice Maria** criticou a gestão por não cumprir a decisão do pleno sobre a realização de reuniões descentralizadas, anteriormente viabilizadas com recursos estaduais. Ela enfatizou que essa responsabilidade cabe ao governo e não aos conselheiros, mencionando que regiões como Petrolina, São Francisco e Araripe são frequentemente negligenciadas. Por fim, pediu que a gestão cumpra suas obrigações, apontando a discrepância nos investimentos, como no projeto "Pernambuco Meu País," e reafirmou o compromisso do conselho em continuar fazendo sua parte. **Rafael Farias** reconheceu a obrigação do governo em realizar reuniões descentralizadas, mas destacou que essa prerrogativa não está prevista no regimento atual, sugerindo sua revisão. Ele propôs incluir o tema em pauta em uma reunião extraordinária, enfatizando que o conselho seguirá a decisão da maioria, podendo manter o formato híbrido caso não seja aprovado. Rafael sugeriu a criação de um grupo de trabalho para atualizar o regimento, considerando essa a única solução viável no momento. **Wagner Egito** destacou a importância de uma posição institucional para viabilizar reuniões descentralizadas já aprovadas, sugerindo abril para a realização de uma em Petrolina. Propôs a criação de um grupo de trabalho para organizar transporte, hospedagem e alimentação, com apoio de Wllyssys e possível colaboração da Secult. Ele reforçou a necessidade de o conselho aprovar oficialmente a reunião, definir a data e garantir sua realização com suporte institucional. **Rafael Farias** esclareceu que realizará uma reunião específica para tratar da pauta das reuniões descentralizadas, destacando a importância de discutir sua viabilidade técnica, operacional e financeira. Ele informou que já vinha articulando o tema com o conselheiro envolvido e a Secretaria de Cultura, reiterando que o desejo é realizar uma

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

reunião no Sertão devido à sua necessidade. Contudo, ressaltou que, mesmo diante de limitações do governo, está disposto a viabilizar a iniciativa por conta própria, caso necessário. **Ana Paula**, secretária executiva de gestão da Secult, explicou que, há mais de sete meses, foi informado ao conselho que seria necessária uma mudança na lei para viabilizar reuniões descentralizadas, cabendo ao conselho propor essa alteração. Ressaltou que várias demandas enviadas à entidade não foram atendidas, incluindo a solicitação para contratar transporte, como ônibus ou vans. Destacou que há um parecer da Procuradoria indicando que o governo não pode custear viagens municipais dos conselheiros sem uma alteração legal. Ela mencionou que contratações e diárias dependem do exercício financeiro, que ainda não está aberto, e que processos administrativos são demorados, passando por várias instâncias, como a SAD. Apesar disso, afirmou que a Secretaria de Cultura está interessada em apoiar as reuniões descentralizadas, sugerindo integrá-las a eventos como o "Pernambuco Meu País" para otimizar recursos. Por fim, pediu paciência devido às limitações legais e burocráticas e reforçou a necessidade de o conselho formalizar propostas para avançar com as mudanças necessárias. **Yasmim Neves** esclareceu que a Secretaria de Cultura não negligenciou a questão das reuniões descentralizadas, tendo emitido parecer favorável devido à importância de alcançar todas as regiões do estado. No entanto, explicou que a Secult está submetida a uma hierarquia burocrática, respondendo a outras instituições, e que o caminho indicado pela Procuradoria foi a alteração dos instrumentos legais do conselho. Ela reforçou a disposição da Secretaria em colaborar com o setor jurídico para acelerar essas mudanças, ressaltando que, em gestões anteriores, alguns processos foram realizados de forma inadequada ou sem o devido cumprimento das exigências. Concluiu destacando a importância de garantir que os processos sejam executados corretamente e de maneira robusta. **Nivaldo Jorge** apontou um problema recorrente no conselho, especialmente após a chegada das leis de fomento, que têm gerado discussões centradas em aspectos específicos, como a PNAB. Ele destacou que a política pública do conselho não deve se limitar a isso, mas precisa de uma reformulação mais ampla, incluindo alterações na lei que rege o conselho, especialmente em relação ao jeton e à inclusão do conselho na LOA (Lei Orçamentária Anual). Ele mencionou que, em gestões anteriores, existia um grupo de trabalho dedicado ao tema do jeton, mas reforçou que mudanças significativas na lei do conselho dependem de aprovação na Assembleia Legislativa e não podem ser resolvidas apenas internamente ou em grupos informais. Nivaldo também relatou, como exemplo, sua própria experiência em um edital de salvaguarda, no qual subiu de suplente para uma posição mais alta por meio de recurso, mas não utilizou o espaço do conselho para tratar da questão, enfatizando a necessidade de manter o foco nas políticas públicas mais amplas. Por fim, reiterou a importância de priorizar a reformulação da lei do conselho para fortalecer suas bases legais e enfrentar

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

desafios estruturais, destacando que isso exige esforços além das discussões atuais. **Rafael Farias** concordou com as observações de Nivaldo Jorge sobre a PNAB e compartilhou a pressão que tem enfrentado, recebendo diversas ligações sobre o resultado dos editais de premiação. Ele falou sobre as críticas que recebeu, inclusive de questões raciais, e compartilhou sua experiência ao não ser contemplado na PNAB, mas ressaltou que não considerava isso um demérito, pois a vaga foi ocupada por um colega negro. Rafael também refletiu sobre a necessidade de dialogar sobre a dosagem das políticas afirmativas e sugeriu que talvez tenha sido excessiva em algumas situações, levando a um confronto desnecessário entre diferentes grupos da classe artística. Ele apontou uma falha na Secretaria de Cultura (Secult) quanto ao número de vagas disponíveis no edital Multilinguagem, o que gerou um problema de concorrência entre diferentes grupos. Rafael sugeriu que, se houvesse mais vagas, muitos dos conflitos poderiam ter sido evitados. Por fim, ele pediu que Yasmim Neves, Secretária Executiva, apresentasse as devolutivas do governo sobre os questionamentos da PNAB, e solicitou que os conselheiros se inscrevessem para fazer suas observações após a fala dela. **Yasmim Neves** respondeu aos questionamentos sobre a PNAB e a LPG, discordando da ideia de que mais vagas no edital Multilinguagem resolveriam a questão de todos serem contemplados. Ela explicou que, apesar do desejo de democratizar o acesso, os recursos são limitados, e a política afirmativa visa justamente oferecer oportunidades àqueles que tradicionalmente não têm acesso. Yasmim reforçou a importância das políticas de regionalização e afirmou que a dose das políticas afirmativas não foi exagerada, pois elas buscam corrigir injustiças históricas contra grupos marginalizados, como a população negra. Ela também trouxe atualizações sobre o processo dos editais de prêmios e bolsas, informando que o pagamento começou em 20 de dezembro e foi concluído até 31 de dezembro. No entanto, alguns proponentes enfrentaram problemas bancários, o que causou atrasos. Yasmim detalhou que a equipe está trabalhando para corrigir esses problemas, realizando diligências para atualizar dados bancários incorretos e garantiu que todos os contemplados receberiam seus pagamentos. Ela pediu paciência, pois o sistema do Estado estava fechado, mas as diligências continuam sendo feitas. A Secretaria também mencionou que o calendário de cultura seguirá conforme previsto e que o resultado final da análise de mérito da PNAB será divulgado em 16 de janeiro. Ela falou sobre o andamento de outros processos, como o Cultura Viva, que possui um calendário próprio, e respondeu a dúvidas recorrentes sobre o ranqueamento e os pagamentos. Yasmim se comprometeu a compartilhar um documento com o conselho e continuar tratando as questões, com a garantia de que as demandas estão sendo atendidas de forma progressiva. **Rafael Farias** solicitou que o documento com as respostas aos questionamentos fosse compartilhado no grupo dos 80, pois muitas questões já haviam sido respondidas. Ele também indicou que abriria inscrições para



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

novas perguntas dos conselheiros, especialmente sobre pontos e Pontões de Cultura, tema que já havia gerado algumas dúvidas, embora ele soubesse que o grupo já tinha acesso às perguntas, mas não às respostas completas. Rafael destacou a importância de aproveitar o espaço para receber as devolutivas do governo. Ele expressou compreensão pela ansiedade da sociedade, mas mencionou que havia uma falha na comunicação do governo. Isso causava uma carência de respostas, o que resultava em um aumento das cobranças nas reuniões do CEPC. Rafael reforçou que o conselho funciona como um termômetro para a cultura de Pernambuco e, ao ser ouvido, poderia direcionar melhor as ações, destacando a importância de a sociedade ter clareza sobre o que está sendo discutido. Ele concluiu mencionando que as cobranças e questionamentos de sua parte continuavam a ser frequentes, especialmente em relação à comunicação com o governo. **Yasmim Neves** destacou a importância do conselho como um filtro da sociedade civil, concordando com Rafael sobre seu papel como bússola para a cultura de Pernambuco. Ela enfatizou que o trabalho deve ser feito de forma conjunta para melhorar continuamente a cultura do estado. Yasmim também mencionou que os resultados das instituições refletem pessoas com suas particularidades, boas e más fases, e que a equipe do governo tem a responsabilidade de representar o governo, o que não pode ser negado. Ela expressou preocupação com os ataques e xingamentos que a equipe vem recebendo, seja devido a atrasos nos pagamentos ou resultados de editais, frisando que, apesar disso, a equipe continua a trabalhar com responsabilidade, respeito e dedicação. Yasmim pediu que a sociedade civil, por meio do conselho, refletisse sobre a forma como está se comportando, especialmente em relação aos ataques pessoais contra os membros da equipe. Ela destacou que a violência verbal e física, como xingar por e-mail ou WhatsApp ou tentar agredir fisicamente por não ser contemplado em algum edital, não resolve nada, e que violência só gera mais violência, sem levar a lugar algum. Yasmim explicou que os pareceristas não foram escolhidos de maneira pessoal ou de forma arbitrária, mas sim por meio de um chamamento público, que foi válido por dois anos e teve todas as diretrizes e normas divulgadas pela Secretaria de Cultura do Estado. Ela ressaltou que os pareceristas foram selecionados por sua expertise na análise de projetos culturais e que, após serem recrutados e divididos por especificidade e linguagem, receberam treinamento, alinhamento e apoio contínuo dos coordenadores, com reuniões e manuais. No entanto, alguns pareceristas não desempenharam suas funções de maneira correta, o que impactou negativamente alguns projetos. A Secretaria de Cultura tomou providências ao identificar erros nos pareceres, e os pareceristas que não cumpriram suas responsabilidades terão processos administrativos abertos. Yasmim destacou que houve um monitoramento diário e comunicação constante com os pareceristas, mas que, mesmo assim, alguns não executaram o trabalho de forma satisfatória. Ela garantiu que a Secretaria está lidando com cada caso individualmente e

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

tomando medidas para corrigir as falhas, reforçando a importância da responsabilidade por parte de todas as partes envolvidas. Yasmim também mencionou que o planejamento para a PNAB 2025 já está em andamento, com discussões programadas para fevereiro. A intenção é lançar todos os 12 editais ainda neste ano, com o objetivo de aprimorar o processo. Ela explicou que a estratégia da Secretaria de Cultura difere da abordagem da LPG, buscando contemplar menos projetos, mas com valores maiores, para fortalecer a cadeia produtiva. Embora reconheça que a decisão não foi completamente assertiva, ela está aberta ao diálogo para aprimorar o processo. **Rafael Farias** esclareceu que, em sua fala anterior, não quis sugerir que todos os problemas seriam resolvidos com um número maior de participantes, mas que a repercussão dos problemas poderia ser menor. Ele mencionou que, em contextos como o WhatsApp, as opiniões dos conselheiros podem se multiplicar e gerar discussões. Ele citou o exemplo de um edital específico para mulheres negras, onde uma parte do recurso ficou alocada para esse público e outra foi destinada a outros projetos de salvaguarda, refletindo sobre a possibilidade de uma maior segurança jurídica para os projetos ao descentralizar os recursos de forma mais estruturada. Rafael também abordou a questão da política afirmativa, mencionando que a ampla concorrência no edital de multilinguagem gerou uma disputa desnecessária entre os proponentes, o que não favoreceu a implementação de políticas voltadas para o Quilombo, por exemplo. Ele compartilhou sua perspectiva pessoal, destacando sua identidade como homem gay e a importância da representatividade no conselho. Ele falou sobre suas lutas e experiências pessoais, como ser alvo de agressões no passado, e reforçou que, ao discutir políticas afirmativas, é crucial garantir que todos compreendam a importância dessas ações e a necessidade de uma explicação mais didática para a comunidade. Rafael enfatizou a relevância de discussões contínuas e esclarecedoras sobre essas questões dentro do conselho. A conselheira **Ana Paula** comentou sobre a premiação de Cultura Negra, destacando que a PNAB teve altos e baixos, especialmente quando incluiu essa premiação. Ela observou que muitos, especialmente aqueles da cultura negra e das religiões contempladas, ficaram insatisfeitos por não serem contemplados. Para ela, a premiação foi importante, assim como outras categorias voltadas para terreiro e LGBT, pois deu visibilidade a grupos que normalmente não são vistos. Ana Paula também ressaltou a importância de reconhecer o trabalho desses grupos, não apenas entregando diplomas, mas garantindo que a premiação seja uma verdadeira honra e um registro significativo para os premiados. Ela mencionou que, ao receber a premiação, a cultura deve ser registrada como parte da história, garantindo a comprovação desse reconhecimento. Ana Paula finalizou falando sobre a necessidade de apoio financeiro para os setores culturais, como o indígena, que está defasado, e afirmou que, em sua comunidade, as pessoas se dedicam à música e ao batuque, sempre unidas. **Marcelo de Ogum** iniciou sua fala



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

dirigindo-se a Yasmim Neves, expressando seu repúdio a qualquer forma de violência, especialmente contra mulheres, reconhecendo o trabalho significativo de Yasmim em relação ao pagamento de pessoal e outras questões. No entanto, ele não compreendeu completamente sua explicação sobre o mapa cultural. Marcelo relatou uma experiência pessoal em que, ao ganhar o prêmio Cascudo em dezembro do ano retrasado, foi solicitado que enviasse sua conta bancária. Apesar de ter enviado a mesma conta bancária de sempre, o pagamento foi feito para uma conta inexistente, o que resultou em atraso no recebimento. Marcelo explicou que o erro foi causado pelo produtor, que inseriu dois dígitos incorretos no mapa cultural, mas ele recebeu o pagamento do Estado e do município depois de corrigido. Ele sugeriu que seria mais prático solicitar o extrato bancário, que poderia verificar o erro, ao invés de pedir os dados bancários diretamente. Marcelo também comentou sobre a questão do pagamento, questionando se não seria mais eficiente para o governo usar um sistema de pagamento como o PicPay ou MercadoLivre. Ele sugeriu que, em vez de solicitar extratos bancários, bastaria enviar um recibo assinado com a responsabilidade do proponente, o que facilitaria o processo e reduziria o trabalho da Secretaria. Marcelo demonstrou preocupação com a possibilidade de novos erros no pagamento, como ocorreu no caso do prêmio Cascudo, e reiterou sua aceitação do erro, embora tenha ressaltado que os erros por parte do governo pesaram mais sobre a sociedade civil. **Cleonice Maria** iniciou sua fala relatando a dificuldade enfrentada por algumas pessoas ao lidarem com contas digitais, mencionando que, em reuniões anteriores, Ana Paula havia alertado sobre possíveis problemas relacionados a essas contas. Ela compartilhou que, em Serra Talhada, duas pessoas enfrentaram dificuldades para receber valores devido a erros em contas digitais, mas que o problema foi resolvido após investigação. Em seguida, Cleonice comentou sobre as políticas afirmativas, destacando a importância das lutas das mulheres negras e a necessidade de respeito às políticas que buscam garantir a inclusão e a igualdade. Ela reconheceu que algumas pessoas, que vivem exclusivamente da cultura, acabam sendo as mais prejudicadas quando seus projetos não são aprovados, pois dependem dessa aprovação para sua sobrevivência. Cleonice também apontou que a falta de resultados satisfatórios nos editais de Pernambuco poderia estar relacionada ao trabalho dos pareceristas, criticando a inconsistência nas notas atribuídas a projetos, como no caso de pareceristas que deram nota 10 e 0 para o mesmo projeto. Cleonice fez duas questões adicionais sobre o edital de pontos de cultura. A primeira envolveu a exigência de CNPJ para participar dos editais de Pontos de Cultura, que, segundo ela, foi determinada pelo Ministério da Cultura, mas poderia ser flexibilizada para atender melhor à realidade dos projetos locais. A segunda questão tratou da exclusão dos pontos de cultura sem CNPJ da premiação, sugerindo que fosse criado um edital específico para esses pontos de cultura, garantindo que eles também tivessem acesso aos recursos da PNAB,



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

considerando o trabalho consolidado de muitos desses grupos. **Nivaldo Jorge** iniciou sua fala destacando a seriedade da questão relacionada à PNAB e a sua preocupação com a gestão pública, especialmente após a experiência com a Lei Aldir Blanc e a Lei de Fomento. Ele compartilhou a dificuldade de implementar uma lei emergencial de fomento à cultura, ressaltando a falta de experiência com o uso de recursos públicos na área. Nivaldo mencionou ainda que, ao longo de sua trajetória no Sistema Nacional de Cultura, enfrentou críticas, mas percebeu a importância da continuidade da discussão sobre esse sistema. Ele fez uma pergunta a Yasmim sobre a distribuição de recursos entre titulares e suplentes no edital, compartilhando também sua experiência pessoal no edital de salvaguarda dos Mestres. Nivaldo relatou ter sido classificado como 45º suplente, mas destacou que um dos pareceristas atribuiu uma nota zero ao seu projeto, alegando a falta de documentos, embora ele tivesse enviado toda a documentação necessária. Após recorrer da decisão, a nota foi alterada, refletindo a correção do parecerista. Nivaldo enfatizou a importância da paciência e da compreensão na gestão pública, criticando a forma como alguns gestores são tratados. Ele também alertou sobre a limitação dos recursos financeiros, destacando que o orçamento disponível não é infinito, apesar das boas intenções. Concluiu pedindo que todos no conselho sejam realistas sobre as dificuldades enfrentadas, reconhecendo que, mesmo com esforço, alguns projetos podem ficar de fora. Nivaldo completou sua fala destacando a importância do certificado mencionado por Ana Paula. Ele explicou que, no edital da Aldir Blanc 2, de 2021, foi solicitado um certificado para todos os premiados nas áreas de artesanato, gastronomia e arte popular. Apesar do requerimento feito ao conselho, até o momento, o certificado não foi entregue. Nivaldo enfatizou que a pendência se refere especificamente aos Mestres no edital de salvaguarda. **Carlos Amorim** destacou a necessidade de valorizar o currículo dos proponentes e reforçou a importância de preservar as histórias dos trabalhadores da arte e cultura. Ele criticou a atuação dos pareceristas, descrevendo como "absurdas" algumas decisões, especialmente em casos de notas discrepantes ou faltantes. Carlos citou como exemplo dois projetos de negros da região metropolitana relacionados à cultura popular: um com nota 60 ficou como suplente, enquanto outro, com nota 58, foi aprovado. Ele questionou a lógica desse processo e ressaltou a necessidade de maior transparência. Também apontou problemas com as planilhas orçamentárias, onde despesas repetitivas foram mencionadas sem explicações claras. Ele compartilhou o caso com Amanda e acredita que o resultado preliminar recente sofrerá mudanças significativas devido a essas inconsistências. Carlos defendeu a aplicação de punições para os responsáveis pelas avaliações inadequadas, reforçando a necessidade de maior responsabilidade e competência no processo. **Wagner Egito** destacou a precariedade logística nas reuniões híbridas, apontando dificuldades de áudio e a falta de visualização de quem participa

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

virtualmente. Ele sugeriu melhorias nos equipamentos ou a realização de encontros presenciais, visando um debate mais eficiente e inclusivo, especialmente considerando a maior quantidade de participantes na sala virtual. Ele enfatizou que o Conselho é composto por 20 representações artísticas da sociedade civil, além de representações afirmativas, e que o objetivo das discussões deve ser contribuir para o crescimento da política cultural de forma plural e diversa. Segundo Wagner, é essencial que o debate no Conselho seja educativo e consciente, promovendo o entendimento e o engajamento das pessoas nas causas culturais, ao invés de gerar divisões ou acusações. Wagner também ressaltou a importância de uma reunião de planejamento estratégico para esclarecer dúvidas, corrigir falhas e preparar os próximos editais, com foco no avanço e na melhoria do processo. Ele relembrou que no ano anterior houve um atraso na realização dessa reunião, prejudicando a compreensão do lançamento dos editais. Ele propôs que o planejamento estratégico já inclua uma escuta e avaliação do PNAB, além de sugerir o estabelecimento de equipes específicas para programas como Funcultura e PNAB, dada sua duração de mais quatro anos. Por fim, destacou a necessidade de organização e planejamento com vistas ao final de 2025. **Salatiel D'Camarão** enfatizou a importância de debater políticas públicas culturais, com foco na definição e preservação do conceito de "Patrimônio Vivo", destinado a mestres e mestras que detêm e promovem patrimônios imateriais. Ele destacou o impacto da democratização dos editais culturais após a pandemia, que, embora tenha ampliado o acesso, também trouxe distorções no uso dessas políticas. Salatiel defendeu maior conscientização sobre o propósito do título de patrimônio vivo e a criação de bancas avaliadoras para evitar manipulações de identidades sociais ou raciais em editais. Por fim, ele alertou sobre discursos na internet que fomentam ódio e desinformação, gerando conflitos inéditos, e ressaltou a urgência de fortalecer as políticas culturais para proteger seus objetivos sociais. **Rafael Farias** apresentou uma série de questionamentos que refletem as dúvidas e ansiedades de pessoas que o procuraram, ressaltando que parte dessas perguntas já foi sistematizada em um grupo maior, podendo ser reaplicada para melhor esclarecimento. Ele iniciou questionando sobre a previsão de convocação dos suplentes e se os saldos e rendimentos seriam destinados aos editais de fomento, apontando que a maioria do grupo dos 80 concordou em priorizar esses editais. Ele questionou ainda a demora na resposta de e-mails e a atualização da ferramenta "Tome Conta", utilizada para acompanhar o andamento dos projetos, incluindo valores empenhados e prazos de resposta. Outra preocupação foi a nomenclatura utilizada no sistema para projetos "selecionados". Segundo ele, o termo pode causar confusão, pois transmite a impressão de aprovação definitiva, levando proponentes a se reorganizarem, apenas para descobrir que foram reclassificados como suplentes. Rafael sugeriu que fosse utilizado o termo "pré-selecionado" para evitar mal-entendidos. Ele também apontou a falta de clareza sobre os



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

descontos aplicados aos valores aprovados, citando exemplos em que o valor inicial de projetos foi significativamente reduzido, como no caso de um projeto de R\$ 60 mil que caiu para R\$ 43 mil. Essa questão, segundo ele, deveria ter sido prevista nos editais para orientar os proponentes adequadamente. Por fim, Rafael questionou a distribuição de vagas em editais específicos, como o de Gastronomia, onde havia previsão de quatro vagas para uma faixa específica, mas apenas duas foram preenchidas, mesmo havendo candidatos com notas suficientes. Ele solicitou explicações sobre os critérios utilizados para essa sistematização e alocação das vagas. **Yasmim Neves** explicou diversos pontos relacionados à gestão de políticas culturais e operacionais da Secult. Sobre os suplentes, informou que ainda não há previsão para chamá-los, pois a prioridade inicial é pagar os contemplados. Quanto aos rendimentos, está sendo aguardada uma devolutiva do Ministério para definir como separar possíveis recursos futuros de 2025, a fim de evitar misturas de contas. Em relação aos FAQ's, estão em desenvolvimento dois documentos: um sobre a atualização da prestação de contas da LPG e outro com perguntas frequentes da PNAB, previstos para publicação na próxima semana. Sobre os empenhos, Yasmim mencionou que 55 agentes enfrentaram problemas devido a divergências de dados no sistema estadual e sua integração com a Receita Federal. Esses casos foram encaminhados ao CAL e ao DEMA, e novos retornos estão sendo cobrados. Referente à comunicação, ela destacou que o e-mail da PNAB deve ser priorizado para questões específicas, já que a sobrecarga no e-mail financeiro e outras vias está dificultando respostas rápidas. Reforçou que a equipe está trabalhando diariamente para sanar dúvidas, mas não é possível estabelecer um prazo exato para atender a todas as demandas. Sobre a nomenclatura de "selecionado" nos processos do Mapa Cultural, ela reconheceu a confusão gerada, especialmente nos resultados provisórios. Estão sendo discutidas mudanças junto à empresa responsável pelo sistema, considerando sugestões do conselho para criar termos mais claros e condizentes com as etapas do processo. Quanto aos descontos aplicados, Yasmim informou que houve um erro em cálculos sistêmicos em alguns casos, resultando em descontos maiores que o devido. Esses valores estão sendo corrigidos e reembolsados. No entanto, destacou que os descontos de premiação seguem as normas da Receita Federal e não são definidos pela Secult. Por fim, abordou questões relacionadas aos editais, incluindo critérios de distribuição de recursos por linguagem e região. Propôs realizar uma reunião específica para discutir temas como ranqueamento, políticas afirmativas e divisão de linguagens, a fim de sanar dúvidas e aprimorar os processos. Ela explicou que cada edital possui regras próprias de redistribuição, ajustadas para contemplar as diversas regionalizações e demandas. Para analisar casos concretos, solicitou informações detalhadas para avaliar situações específicas. **Rafael Farias** levantou uma questão sobre a fiscalização no edital de pontos de cultura, especificamente em relação ao uso de CNPJs. Foi citado um caso

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

concreto envolvendo Arcoverde, onde uma entidade que já recebeu recursos como ponto de cultura no âmbito municipal também foi contemplada no nível estadual, apesar de haver a regra de que quem recebe no município não poderia ser beneficiado pelo estado. A dúvida central é sobre o momento em que será realizada essa fiscalização para evitar duplicidade de recebimentos, garantindo o cumprimento das regras do edital. **Edivaldo Júnior** esclareceu que, em relação à fiscalização no edital de pontos de cultura, o Ministério da Cultura realiza cruzamentos de dados, uma vez que todos os pagamentos devem ser informados no sistema do Ministério. Caso um beneficiário receba recursos de editais municipais e estaduais na mesma categoria, o Ministério identifica a duplicidade e pode aplicar penalizações, seguindo os regramentos estabelecidos pela legislação federal. Ele destacou que o programa Cultura Viva é amplamente regulamentado, com base em uma lei nacional, instruções normativas, decretos e regulamentos do Marco do Fomento. Por isso, os beneficiários não podem acumular termos de compromisso culturais (TCC) simultâneos dentro da mesma política, a menos que atendam a condições específicas. Entre essas condições estão: ter recebido e executado mais da metade do cronograma de um TCC anterior ou quando os TCCs envolvam categorias distintas, como pontos e pontões de cultura. Embora reconheça que acumular projetos de pontos e pontões de cultura pode demandar significativa dedicação, Edivaldo afirmou que, se as regras do edital permitem e os projetos foram aprovados com base no mérito, a Secretaria não pode alterar essas condições ou criar insegurança jurídica. Ele concluiu destacando que a gestão e execução dos projetos exigem especial atenção dos responsáveis, mas que as regras já estão estabelecidas de forma clara. **Rafael Farias** questionou sobre a ausência de um cronograma nos editais de pontos e pontões de cultura, destacando que isso tem sido um grande problema para a classe artística. Ele mencionou que recebeu muitas mensagens perguntando sobre o cronograma e comentou que, aparentemente, existe uma normativa ou instrução que impede sua divulgação, pedindo que Edivaldo Júnior explicasse a situação. **Edvaldo Júnior** explicou que a orientação dos editais de pontos e pontões de cultura veio do Ministério da Cultura, e o Estado teve pouca margem para ajustes. O Estado optou por não criar categorias no edital, uma vez que a inscrição em categoria errada resultaria em desclassificação. Quanto ao cronograma, ele esclareceu que não é possível estabelecê-lo devido à lógica distinta dos editais da PNAB, que exige diligência e prazos variáveis para cada entidade. Por isso, não é possível estipular um cronograma fixo sem gerar confusão, sendo preferível publicar os prazos conforme cada etapa do processo. Edvaldo também mencionou canais de comunicação, como as redes sociais e o WhatsApp específico para atender demandas do Cultura Viva, que são importantes para manter a base informada sobre o andamento dos processos. **Rafael Farias** mencionou que passaria a palavra para Yasmim para que ela pudesse concluir,

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

devido ao horário, apesar de haver outras perguntas. Ele também trouxe à tona uma questão que tinha sido anotada anteriormente e que havia esquecido: a errata divulgada no edital de multilinguagens, que gerou confusão. A errata tratava da análise documental, o que foi considerado estranho, pois foi divulgada após o resultado da análise de mérito preliminar. **Yasmim Neves** explicou que uma denúncia foi recebida da Procuradoria-Geral sobre um agente que foi inabilitado por um item que não existia no edital. Após investigar a denúncia, foi identificado um erro na publicação do edital, com a numeração do item equivocada, o que levou à emissão de uma errata. A denúncia foi reavaliada, e o agente permaneceu desclassificado. A Procuradoria orientou a publicação da errata com o item correto para garantir a transparência e corrigir o erro. Yasmim também ressaltou que a Comissão de Heteroidentificação tem tratado várias denúncias, incluindo pessoas que tentam fraudar o edital. Até ontem, foram recebidas 114 denúncias sobre heteroidentificação e outros problemas, como pessoas de fora das comunidades culturais específicas tentando acessar recursos. Ela destacou que, se alguém for denunciado e o processo for deferido, terá que devolver o recurso ao estado. Yasmim mencionou que o erro é um processo de aprendizado, e que tanto o governo quanto a sociedade civil precisam ser transparentes e tratar as falhas de forma correta. Ela também falou sobre as disparidades nas notas dos pareceristas, explicando que a análise na PNAB não envolve socialização entre os pareceristas, o que pode gerar diferenças. No entanto, ela está buscando soluções para melhorar esse processo e reduzir as discrepâncias nas notas. Yasmim enfatizou a importância de democratizar o acesso à cultura, levando recursos a áreas mais distantes e menos favorecidas, e destacou a relevância da PNAB para esse objetivo. Ela também se comprometeu a melhorar a comunicação, mencionando que toda a equipe da Secult está disponível para responder às demandas. Yasmim pediu ao conselho que elaborasse um documento apontando os pontos a melhorar nos editais e nas etapas da PNAB 2025, para que possam começar a trabalhar nisso o quanto antes. Ela reforçou que a Secretaria de Cultura está aberta ao diálogo e à construção conjunta com o conselho, enfatizando a importância de fortalecer a participação social e as instituições culturais do estado. **Rafael Farias** questionou sobre o atraso no lançamento dos editais do Funcultura, expressando estranhamento, pois em outras épocas já estariam disponíveis. Ele pediu uma devolutiva sobre o ocorrido. **Yasmim Neves** explicou que o Funcultura não estava sob sua responsabilidade, mas se comprometeu a identificar o que estava acontecendo. Ela informou que os editais estavam em reavaliação e passando por redistribuição de recursos, além de estar sob análise jurídica. Embora tenha conversado com Renata no ano anterior sobre o processo, Yasmim não soube informar o motivo do atraso no lançamento, mas se propôs a procurar e dar uma resposta. **Amanda Carneiro** informou que havia solicitado um compilado com as respostas, o qual será disponibilizado no

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

grupo do conselho. Ela também pediu as respostas ao Funcultura, que foram passadas por Clarice Andrade, coordenadora do Funcultura, e também serão compartilhadas no grupo. Em relação a uma pergunta sobre o prazo, Amanda leu a resposta referente ao atraso no lançamento do edital 2024/2025. Ela explicou que os editais de cultura do ciclo 2024/2025 seriam lançados até o final de janeiro e que, conforme informado na reunião unificada dos conselhos em 18 de dezembro de 2024, será criado um novo edital de patrimônio cultural em 2025. Até 31 de dezembro de 2025, serão lançados dois editais no mesmo ano. As demais respostas serão enviadas posteriormente. **Rafael Farias** chamou a atenção do conselho, informando que iria encerrar a reunião e trazendo um questionamento sobre um pedido recebido desde a última reunião ordinária. A solicitação foi de uma senhora chamada Euza, de Santa Maria da Boa Vista, que é mulher negra de terreiro. Ela havia ligado várias vezes pedindo um documento, alegando que havia sido aprovado um documento no plenário afirmando que ela deveria ser contemplada no edital local municipal. Rafael explicou que isso não havia sido aprovado pelo conselho, pois o grupo não gerencia questões municipais. O assunto foi levantado na reunião anterior, quando Euza expressou sua indignação por ter sido contemplada no estado, mas não no município. Rafael admitiu que não incluiu a minuta do documento que sugeria que as prefeituras observassem com mais cuidado as decisões, mas explicou que não era prerrogativa do conselho fazer recomendações pessoais ou criar documentos em nome de indivíduos. Ele ressaltou que, ao fazer isso, poderia abrir um precedente perigoso e que, embora entendesse a luta de Euza, o conselho não poderia atuar dessa forma. Rafael esclareceu que, embora tenha negado a entrega do documento pessoal a Euza, se o conselho aprovasse uma carta, ele poderia fornecer uma cópia a ela e torná-la pública. Além disso, Rafael abordou a questão do grupo oficial do WhatsApp do conselho, ressaltando a importância de respeitar os horários de comunicação e os finais de semana. Ele pediu que as comunicações no grupo fossem mais formais e focadas em questões relevantes, pois, em alguns momentos, as conversas se dispersavam e dificultavam o resgate das informações. **Amanda Carneiro** fez um aviso ao conselho, destacando que seu número de telefone pessoal, que estava no grupo, estava sendo utilizado de maneira inadequada. Ela explicou que, assim como qualquer outra pessoa, tem horários de trabalho e que, durante o final de ano, foi questionada várias vezes fora do horário, inclusive às 3h18 da manhã. Ela observou que algumas pessoas estavam repassando seu número pessoal, quando, na verdade, o número institucional da casa dos conselhos deveria ser o canal de comunicação oficial. Amanda esclareceu que, a partir de agora, todas as dúvidas enviadas para seu telefone pessoal receberiam uma mensagem automática informando sobre os canais oficiais de comunicação. Ela enfatizou que não iria priorizar questões individuais em detrimento da comunicação interna da Secult e que não seria mais justo



## REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

nem correto repassar dúvidas dessa maneira. Ela mencionou que, em casos gerais, o conselho deveria sistematizar as perguntas para que fossem respondidas de forma organizada nas reuniões, mas que não mais responderia dúvidas individuais de forma particular. **Rafael Farias** destacou a importância de entender claramente qual é o papel da secretaria e do conselho, além de reconhecer o desafio de atuar na sociedade civil. Ele se mostrou disposto a continuar enfrentando essas dificuldades, como já vem fazendo. Nada mais havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida** agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a reunião. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.

---

Amanda Carneiro (Secretária)

---

Rafael Farias Almeida (Presidente)

---

Augusto Ferrer de Castro Melo

---

Bárbara Pereira Collier

---

Nivaldo Jorge Machado

---

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

---

Carlos Eduardo Sales de Melo

---

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

---

Fábio Alexandre Melo Ferreira



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

---

Severino Carlos Amorim

---

Joab Henrique da Silva

---

Ana Paula de Santana

---

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

---

Cleonice Maria dos Santos

---

Gilmar Correia da Silva

---

Adailton José da Silva

---

Filipe Moura

---

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

---

Rayana Burgos dos Santos

---

Rennan Mendes dos Santos

---

Natália Oikawa

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE  
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

---

Gerlane Souza de Lima

---

Dayvton Diego Almeida

---

Salatiel Magno Siqueira Alves

---

Maria Cláudia D. de Paula. F. Batista

---

Marcelo Renan Oliveira de Souza

---

Karla Regina do Monte Oliveira

---

Marinna Regueira Duarte

---

Francisco de Assis do Nascimento